

Actual

“MAIS UM” GOLPE DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau sofreu mais um golpe de Estado em 12 de abril de 2012.



por **ELISABETE AZEVEDO-HARMAN**

PROFESSORA DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA E COORDENADORA DO MESTRADO CONJUNTO EM GOVERNAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, UCP-UC MOÇAMBIQUE

M

ais um porque golpes de Estado têm ocorrido com frequência no país, quer no período monipartidário, onde ocorreram dois (1980 e 1986), quer no período multipartidário, onde, desde as primeiras eleições multipartidárias (1994) o país tem tido vários momentos eleitorais, mas onde os eleitos têm saído sempre do poder pela força e não pelo voto.

Este artigo, sobre a Guiné-Bissau, tinha sido planeado umas semanas antes do Golpe de Estado. Na altura, não com a ideia de que seria sobre um golpe de Estado, mas sim, sobre a segunda volta das eleições presidenciais que estavam previstas para final de abril e que a campanha começaria no dia 13 do mesmo mês. As minhas desculpas ao leitor por este artigo ser, por isso, mais um testemunho pessoal do que uma análise. Cheguei à Guiné-Bissau uma semana antes do golpe de Estado. O país esperava uma segunda volta de eleições presidenciais. Carlos Gomes Júnior¹ (Cadogo) não tinha conseguido ultrapassar os 50% exigidos², tendo, por isso, de se apresentar a uma segunda volta, supostamente com o segundo candidato mais votado, Koumba Yala, líder do PRS e que foi presidente da república e destituído por um golpe de Estado em 2003. O país estava na expectativa do que ia acontecer, uma vez que os cinco candidatos mais votados a seguir ao Cadogo apresentaram um protesto junto da CNE e do Supremo Tribunal. Entre os cinco candidatos, destacava-se Henrique Rosa, influente independente, católico e que foi presidente interino num dos muitos momentos de transição da Guiné-Bissau, e Serifo Namajo, vice-presidente da Assembleia Nacional e vice-presidente da Assembleia Parlamentar da CEDEAO e atual presidente de transição, muçulmano e membro do mesmo partido que Cadogo, o histórico Partido do PAIGC.

No momento em que escrevo este artigo, passa já mais de um mês do golpe de Estado. A situação ainda está num impasse, um impasse entre Guineenses, mas também um impasse entre diferentes organizações internacionais. É este aspeto que faz este golpe de Estado diferente, não só dos anteriores que ocorreram na Guiné-Bissau, como também dos golpes de Estado que ainda, de vez em quando, têm lugar em África.

No presente, um golpe de Estado em África é a exceção e não a regra. África teve, nas décadas 60, 70 e 80, em média por década, 22 golpes de Estado. Nos anos 90, este número desceu para 12 e, de 2000 a 2006, a região tinha tido apenas cinco golpes de Estado³. A vaga de multipartidarismo e a mudança no xadrez internacional causado pelo fim da guerra fria são os principais fatores, não só pela redução de golpes de Estado, como também para que golpes de Estado passassem a ser inequivocamente não aceitáveis pela comunidade Internacional. Hoje, a comunidade internacional tem, por regra, um discurso uníssono de condenação aos golpes de Estado. Após um golpe de Estado surge a mesma declaração quer por parte de países quer por parte das organizações internacionais: “Condenamos a rutura constitucional e exige-se a reposição da ordem constitucional.” Quase que como um copy paste do mesmo texto, o que ironicamente também acontecia nos anos 80 quando golpistas liam nas rádios a primeira mensagem apelando à população para se manter calma, que brevemente seria reposta a ordem cons-



titucional. Como se estas mensagens fizessem parte de um handbook em como fazer um golpe de Estado e de como reagir a um golpe de Estado. O golpe de Estado da Guiné-Bissau do passado dia 12 de abril de 2012 teve, também por parte da comunidade Internacional, uma retórica unânime de condenação do golpe e de exigir o regresso à ordem constitucional. Nas palavras, a(s) comunidade(s) internacional (is) foram unânimes, mas não na ação, tendo-se verificado uma clara distinção entre a reação da CEDEAO⁴ e a da CPLP⁵. Com a CEDEAO, a negociar com o comando militar, a conseguir a libertação do presidente e do primeiro-ministro que foram primeiro libertados e levados para a Costa de Marfim e no momento em que escrevo estão já em Lisboa. Neste momento em Bissau com o apoio da CEDEAO foi também estabelecido pelos militares e com os partidos políticos (com exceção do PAIGC, que recusou) um governo de transição, a organização acordou igual-

mente o envio de apoio policial e militar, em que um dos objetivos é garantir a saída ordeira dos militares angolanos. Por parte da CPLP, e por parte dos seus Estados membros, tem havido uma recusa absoluta em tudo o que não passe por uma total retoma à ordem constitucional. Durante estas semanas pós-golpe Bissau fez já pelo menos duas vezes parte da agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e em ambas é não só pedido a retoma da ordem constitucional como é solicitado que a solução da actual crise resulte da colaboração entre as várias organizações internacionais – CEDEAO, União Africana, CPLP e claro as Nações Unidas.

Recuando aos dias antes do golpe de Estado, quando cheguei a Bissau vivia-se um ambiente tenso. Havia a expectativa de que qualquer coisa iria acontecer. Quando eu perguntava directamente se poderia haver um golpe de Estado, a resposta era “nunca se sabe”, mas a explicação, normalmente em voz mais

NO MEIO DE UM
TURBILHÃO DE UM
GOLPE DE ESTADO OU
DE CONTRA GOLPE DE
ESTADO CONTINUAVA-
SE COM INTERNET. OS
MILITARES TINHAM
FECHADO AS RÁDIOS E A
TELEVISÃO, MAS NÃO A
INTERNET. PELOS VISTOS
A INTERNET AINDA NÃO
VEM NO TAL HANDBOOK
DE COMO SE FAZ UM
GOLPE DE ESTADO

baixa, era que “com os angolanos cá, não”. E assim, andei por Bissau onde, tal como noutros anos que por lá andei, tinha a constante percepção de que talvez o país viesse a ter mais um golpe de Estado, ou talvez não. Já em 2003 passei várias semanas na Guiné-Bissau e recordo-me de viver um ambiente semelhante, onde qualquer movimento de tropas e população assumia de imediato que se tratava de um golpe de Estado. Nessa altura saí antes do golpe de Estado, desta vez não.

Andei por Bissau e entrevistei vários dos atores políticos, militares e jornalistas. Para além das entrevistas conversei e ouvi muitas conversas na cidade sobre o que se iria passar. A discussão pública de política nos principais cafés e restaurantes da cidade ou à porta das casas é aliás uma das características de Bissau. É um meio pequeno onde toda gente se conhece e onde apesar de o país receber a nota não de um país livre mas de “parcialmente livre”⁶, a discussão política é uma constante em locais públicos quase. Também a salientar é o papel da comunicação social nacional e da portuguesa que acompanham e transmitem, passo a passo, à população e ao mundo, o que vai passando nos corredores do poder ou nos corredores do contrapoder. É por isso normal que, na semana que antecedeu o golpe de Estado, a sociedade

guineense tenha acompanhado, minuto a minuto e dia a dia, as declarações dos vários atores políticos / militares.

OS DIAS ANTES DO GOLPE DE ESTADO – A INCERTEZA DA SEGUNDA VOLTA DAS ELEIÇÕES

O país assistia a dois casos políticos: por um lado, a contestação e negação da segunda volta por parte de vários candidatos; por outro lado, o aviso por parte das Forças Armadas Guineenses ao Governo da Guiné-Bissau da sua insatisfação com a permanência da Missão Militar de Angola em Bissau.

No dia 9 de abril, segunda-feira, pelas 9h00, fui assistir a uma conferência de imprensa do Estado Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, onde o tenente-coronel Daba Na Walna acusou o governo de Angola, em conjunto com o governo da Guiné, de estar a violar / atraiçoar o acordo bilateral de cooperação técnico militar. Daba explicou que não se poderia chamar cooperação técnica à “chegada de tanques e de uma força especial”. Num tom menos amistoso, relatou que o embaixador de Angola terá pedido, a 20 de março, uma reunião com o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, general Indjai. Nessa conversa, o embaixador de Angola, nas palavras de Daba, perguntou ao general guineense se estava a preparar um golpe de Estado. Daba terminou a conferência a exigir a retirada da missão de Angola da Guiné. Tudo isto foi transmitido em português e em kriol nas várias rádios e televisão. Na terça-feira, a CNE fez uma conferência de imprensa a dizer que a contestação dos cinco candidatos não foi aceite e portanto iria haver segunda volta. Neste dia, entre vários encontros, o mais prolongado e inesperado que tive foi com o líder do PRS, Koumba Yala, que, ao saber que uma cientista política da Universidade Católica andava por Bissau, pediu que me contactassem para conversar comigo. Aceitei e fui então a sua casa que fica num dos bairros periféricos da cidade. Koumba Yala teve um mandato presidencial controverso, é uma figura carismática e tem sido admirado e culpabilizado por ter introduzido na competição eleitoral o elemento étnico – neste caso, a etnia Balanta: Koumba aparece sempre com um barrete vermelho reconhecido como um símbolo

étnico⁷. Na conversa comigo, Koumba insistia em contrariar as acusações que lhe são feitas sobre o seu poder nos militares e em afirmar que não é uma pessoa contra Portugal. Foi uma longa conversa, difícil de sumarizar, mas creio que a sua intenção era que, no que viesse a ser escrito por mim, não voltasse a ser discriminado como ele pensa que tem sido pelos analistas.

Na quarta-feira, 11 de abril, o ministro dos negócios estrangeiros de Angola, dr. Chikoti, fez uma visita relâmpago a Bissau e reuniu com o governo guineense. Nas rádios passava a voz de Chikoti a dizer que a Missão de Angola iria sair da Guiné-Bissau, mas não referia a data. Eu estava no Palácio do Governo à espera das declarações do sr. ministro Chikoti. Como na rua estava um calor abrasador, procurei um sítio para me sentar dentro do edifício. Sentei-me e de repente a porta ao meu lado abre-se e sai o ministro Chikoti com o candidato presidencial Cadogo. Tinha sido apenas um cumprimento informal e de amizade. A reunião oficial ia ter início noutra sala com o MNE da Guiné-Bissau. Perguntei aos jornalistas guineenses o que tinha sido o encontro entre o Cadogo e o MNE de Angola, uma vez que Cadogo era na altura o candidato presidencial e não tinha, por isso, funções governativas. Explicaram-me, que tratando-se da Guiné, tudo é normal, uma resposta típica do que eu denomino de “Guineização” da explicação dos fenómenos políticos – ou seja, nada é estranho porque é a Guiné. Este fenómeno da exclusividade das explicações e análises sobre a Guiné-Bissau é recorrente.

Ao final da tarde, no carro, oiço na Rádio Nacional a voz da primeira-ministra interina, dr.^a Adiatio Djaló Nandigna, a dizer que, se os militares querem fazer política, devem tirar a farda e vir para a rua. Falava num tom agressivo em kriol. Eu apercebi-me de que era uma voz exaltada e ia pedindo, por isso, ao motorista tradução de palavra a palavra. No mesmo programa outra voz acrescentava que “eles dizem-se combatentes de liberdade, mas todos fomos. Nós levámos água, comida, temos de acabar com essa coisa do mito do combatente de liberdade”. No mesmo dia o PAIGC tinha também emitido um comunicado crítico acusando os militares de ingerência política.

QUANDO REGRESSEI AO IEP, OS MEUS ALUNOS DE LISBOA E OS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE, QUE TINHAM ACOMPANHADO OS MEUS ESCRITOS NO FACEBOOK, PERGUNTAVAM: E ENTÃO, PROFESSORA, O QUE VAI ACONTECER AGORA? INFELIZMENTE, NÃO SEI!

O DIA DO GOLPE DE ESTADO

Quinta-feira, 12 de abril, dia do golpe – ao final da tarde, os cinco candidatos contestatários dão uma conferência de imprensa a dizer que nenhum deles irá à segunda volta. Koumba, no período de perguntas e respostas, disse mesmo que não se responsabilizava pelo comportamento dos seus militantes caso alguém fizesse campanha. Mais uma vez, cada palavra foi emitida pelas rádios e, depois das rádios, de boca em boca, uma vez que era uma declaração alarmante de futura violência. Eu tinha passado a tarde na Universidade Colinas de Boé onde reuni com o politólogo Fafali Koudawo. Já no carro a caminho da casa onde estava hospedada (que fica a cinco minutos da casa do primeiro-ministro onde o principal ataque teve lugar) recebi um sms de uma pessoa amiga de Lisboa a dizer “atenção que o golpe de Estado começou...”. Eu liguei de volta e comeci por criticar o exagero e falta de veracidade dos rumores. Como é que a pessoa em Lisboa sabia mais que eu que estava no meio de Bissau?! Ainda não tinha desligado e já ouvia os tiros de artilharia (depois explicaram-me serem tiros de bazucas). Eram cerca de 20h e o tiroteio era contínuo, estava instaurado o pânico. De dentro do carro via as pessoas a correr no meio da estrada. Sozinha no carro, valeu-me o motorista que manteve a calma e com manobras difíceis conseguiu levar-nos para casa por bairros



PORTA-VOZ DO COMANDO
MILITAR DABA NA WALNA

periféricos. A casa do Cadogo tinha sido atacada e começava o rumor, que depois veio a ser confirmado, de que o Cadogo e o presidente interino, Raimundo Pereira, estavam detidos pelos militares. O tiroteio durou cerca de duas horas.

OS DIAS PÓS-GOLPE DE ESTADO

A noite após o golpe foi uma noite longa. Consegui dormir duas horas, vestida e calçada, no caso de ser preciso sair ou fugir. Acordei às 4 da manhã, com um telefonema de um amigo, político de Moçambique, a perguntar “está bem?” Respondi a tentar lembrar-me onde estava... A cidade ainda estava escura e em silêncio. No meio de um turbilhão de um golpe de Estado ou de contra golpe de Estado continuava-se com internet. Os militares tinham fechado as rádios e a televisão, mas não a internet. Pelos vistos a internet ainda não vem no tal handbook de como se faz um golpe de Estado. Nesta altura também não se sabia bem o que se estava a viver. Não houve a clássica mensagem na rádio de quem quer que seja. O

dia nascia e, passo a passo e a medo, os guineenses começavam a tentar perceber o que afinal estava a acontecer - onde estava o primeiro-ministro e o presidente? Quem comanda os militares que estiveram (e ainda deveriam estar) nas ruas? Entre quem foram os tiros? Houve feridos? Como já referi, desde que cheguei que ouvia os guineenses com os guineenses, os guineenses com os outros, e os outros com os outros a falar a toda a hora se iria haver ou não um “golpe”. Assisti a sofisticadas análises e a grandes elaborações. Por parte de políticos e jornalistas tinha ouvido sobretudo “Já não vai haver nada”. Mas de todas as grandes análises especulativas havia só uma verdade consistente e repetida quer pelos “informados” quer pelo povo: “a haver alguma coisa fica-se sempre uma noite inteira em que não se dorme e com medo do que vamos encontrar na manhã seguinte”. Essa parte da análise tinha sido até aquela madrugada a única certa. Com o nascer do dia junto-me aos jornalistas portugueses da RTP e da LUSA e vamos à casa do primeiro-ministro. En-

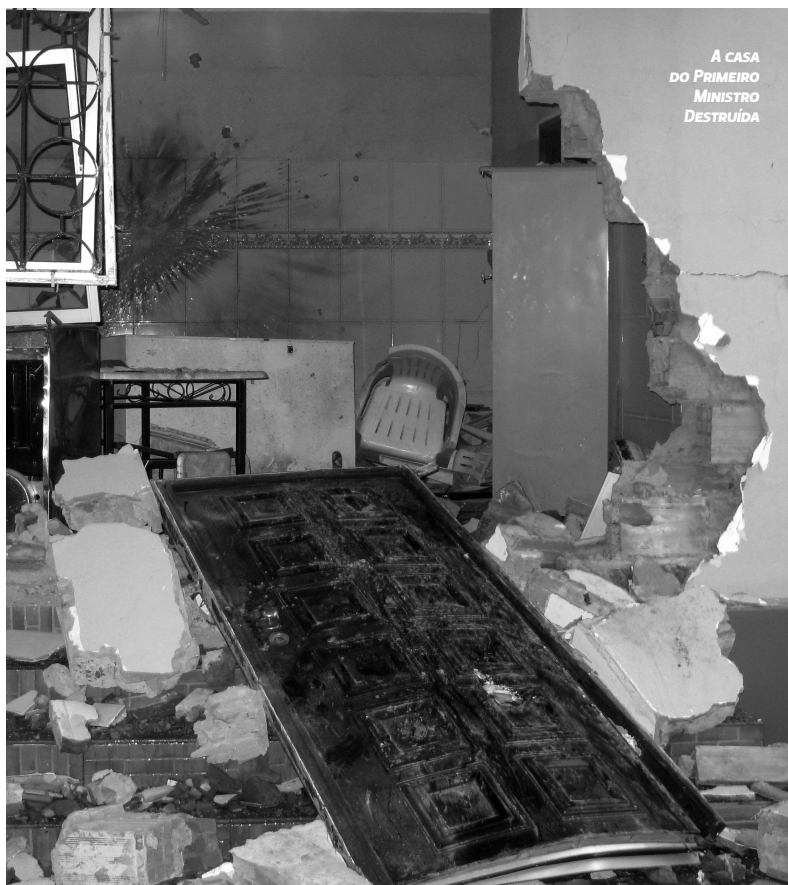
contramos um grupo de populares que olham expectantes para o portão da casa semidestruído. Ao verem a comunicação social pedem que filmem e enviem as imagens para o mundo. Não se veem militares. De repente aproxima-se um carro com militares que afugentam a população com as armas na mão, ouvem-se gritos e foge-se. Nós também. O jornalista da RTP pede-me para guardar a sua cassete com medo de que os militares ficassem com ela. Eu estou a correr mas é tudo tão rápido que nem sei bem do que fujo. Os populares fogem dos militares mas mesmo assim gritam “ladrões, ladrões”. De repente os militares voltam para o carro e partem. Voltamos à casa e entramos. À entrada, jaz o cão baleado. As traseiras da casa (na foto) tinham sido completamente destruídas. Saímos. Nos minutos seguintes os militares fecharam a rua. Fui para a minha rua e sem se saber muito bem o que se passava sento-me à porta de casa a conversar com um homem velho e uns jovens. Diz-me o homem velho “nós somos mais que eles, mas não temos armas”. Pergunto para



onde vão as pessoas que passam para baixo e para cima à nossa frente e dizem-me que uns estão a tentar ir ainda vender qualquer coisa os outros estão a tentar perceber o que se passa. “Não tem medo?” pergunto eu; “sim temos”, respondem, “mas também sabemos que nós não somos quem eles querem”. E acrescenta um miúdo “às vezes podemos ser apanhados porque não nos controlamos e insultamos os militares”.

As rádios estavam fechadas. O rosto do Comando Militar era o mesmo tenente-coronel Daba Na Walna que avisou da insatisfação dos militares guineenses com a presença de Angola e com o governo guineense. Nos dias seguintes começaram reuniões e reuniões, primeiro entre os militares e políticos, entre políticos e políticos, e na sede do PAIGC saíam declarações que não aceitariam ceder, exigiam a libertação dos seus líderes e a retoma à ordem constitucional. A toda a hora os mais variados partidos emitiam comunicados, ora de repúdio ao golpe, ora de apoio a uma situação de transição.

Nas ruas, nos primeiros dias pós-golpe, grupos de jovens tentaram organizar marchas pela paz. Como acompanhava a equipa da agência de notícias Lusa, presenciei todas as manifestações que, sem exceção, terminaram com os militares a dispersarem com violência os jovens que mostravam improvisados cartazes pela paz. Estas manifestações terminaram quando passados uns dias o Comando Militar emitiu um comunicado a proibir qualquer manifestação e a informar que todas seriam severamente punidas. A verdade é que, por causa do comunicado, ou pelo medo da violência das tentativas anteriores, as marchas pararam. Da violência que testemunhei recordei em particular duas destas marchas. Numa delas eu estava dentro do edifício da Assembleia Nacional onde decorria mais uma das múltiplas reuniões para tentativa de chegar a um pacto de transição. Estava no corredor e de repente fiquei sozinho porque todos os jornalistas e funcionários saíram para a rua para reportar a chegada de uma marcha às portas da Assembleia. Os militares nervosos pela manifestação estar já à porta da Assembleia perseguiram e batiam nos manifestantes. Eu fiquei só. Na verdade não estava só. Ao meu lado juntava-se um militar com a sua Ka-



lashnikov no braço. Olhávamos os dois pela janela. Eu estava a filmar e hesitei se devia continuar com aquela companhia, mas continuei (a filmagem não se aproveitou pelo tremer...). O jovem soldado falava mal português, mas conseguimos conversar. Tinha um ar jovem e se não fosse o uniforme e arma tinha até um ar inocente. No meio da conversa perguntei-lhe senão tinha medo. Disse que sim, se houver guerra, disse, nós somos os primeiros a morrer. O segundo momento que retenho das marchas foi quando estava sozinha com o fotógrafo da LUSA e por coincidência deparamo-nos com uma marcha. O fotógrafo saltou do carro e conseguiu tirar fotos dos militares a perseguirem e a baterem a quem apanhavam. Eu vi do carro. O fotógrafo regressa ao carro e, quando íamos partir, um militar à paisana coloca o braço pela janela do carro e pega na máquina fotográfica. Foram segundos. Eu tinha estado a pensar, ao ver a violência dos militares,

que todos tinham Kalashnikovs mas que não estavam a disparar. E foi isso mesmo que a minha voz disse ao militar, que estávamos ali a pedido do Comando Militar para mostrar que estavam só a bater, não a matar. Como na Grécia, acrescentei. O militar olhou-me pelo vidro do carro e repetiu “pois é isso mesmo, mostre lá que estamos só a bater não a matar.”

Para os jornalistas, em resultado do fim das marchas de contestação, os dias pós-golpe de Estado passaram a resumir-se em longas esperas de horas e horas, nos locais onde os políticos e militares se reuniam. Nunca se sabia quando um comunicado ou uma declaração seria feita. Acompanhei, muitas vezes, estas longas esperas dos jornalistas que me adotaram com simpatia e carinho. Era fácil perceber a tristeza e apreensão entre os jornalistas guineenses, disfarçada sempre com uma boa-disposição contagiante. Sabia-se que alguns temiam pela sua própria segurança e dos seus fami-



QUANDO SE DIZ “RETOMAR A ORDEM CONSTITUCIONAL” QUER DIZER O QUÊ EM RELAÇÃO A QUEM FEZ O GOLPE: PRENDÊ- LOS? INVADIR O PAÍS? RECEIO QUE TENHO MAIS PERGUNTAS QUE RESPOSTAS PARA OS MEUS ALUNOS

liares, mas sem exceção permanecerem lado a lado com os seus colegas estrangeiros (sempre a RTP, RDP e a LUSA e às vezes a France Press).

Eu testemunhei duas situações de intimidação para com os jornalistas. Na primeira acompanhava a equipa da LUSA e da RDP África a uma concentração⁸ pacífica de jovens num dos bairros fora do centro. Aborrecida por ver que o grupo não era mais do que uns 20 jovens resolvi deixar os jornalistas e voltar sozinha para o carro que estava a uns 500 metros. Quase ao chegar ao carro ouvi gritos e ao olhar para trás vi os jornalistas e os jovens a fugir dos militares. Saltei para dentro do carro. Já de dentro do carro vi um dos militares a apreender o equipamento aos jornalistas. Quanto a mim, os militares hesitavam se me levavam ou me deixavam ficar, entre hesitações o mais graduado olhou-me e acabou por dizer ao colega: “ela fica”. O veredicto era que ficava no carro mas sem chave. E ali fiquei a ver os jornalistas a caminhar à frente

de militares que lhes apontavam armas. Foram só uns 10 minutos, mas pareciam-me uma eternidade. Os jornalistas voltaram porque ao chegarem junto do chefe da operação este ordenou a sua libertação. Segundo os jornalistas, quando se aproximaram do tal chefe militar ele cumprimentou-os e perguntou apenas porque tinham fugido. Deixou-os ir e aconselhou-os que para a próxima vez não deviam fugir. Tudo acabou bem. Para mim, aqueles minutos foram verdadeiramente difíceis, não sabia se tinham sido presos, agredidos e sobretudo não podia fazer nada.

O outro momento que testemunhei foi a detenção do bloguista/jornalista Guineense – Aly Silva. Numa tarde, por volta das 15h, caminhava sozinha numa das ruas principais, quando à minha frente pararam dois carros com militares que saíram e detiveram Aly, autor do blogue “Ditadura do Consenso”. Perante o que via congelei, apesar de só ter percebido o que se estava a passar com os gritos de alguns populares “Estão a levar o Aly”. Logo na rua, um dos militares agrediu com a arma o jornalista e, entre encontrões foi despejado no carro e levado. Durante horas temi o pior, mas já tarde nessa noite chegou a boa nova que o tinham libertado. Na mesma noite, Aly voltou ao seu blogue, onde colocou fotos suas com um corte na orelha, e a lista do material informático e telefones que os militares confiscaram. Constatou que a sua detenção tinha sido o resultado de ter declarado como mentor do golpe, António Indjai, Chefe das Forças Armadas. Indjai é agora apontado pelas Nações Unidas como um dos responsáveis do golpe.

Quando regresssei ao IEP, os meus alunos de Lisboa e os da Universidade Católica de Moçambique, que tinham

acompanhado os meus escritos no Facebook, perguntavam: e então, Professora, o que vai acontecer agora? Infelizmente, não sei! Sei que a CEDEAO avançou para um governo de transição, um governo anunciado em Bissau, pelo Ministério de Negócios Estrangeiros da Nigéria em representação da CEDEAO. A CPLP e o PAIGC dizem que não aceitam um governo de transição. Entretanto, em Bissau, permanece uma presença militar Angolana que, segundo o governo de Angola, pode permanecer para integrar uma força internacional sob o auspício das Nações Unidas. E na semana em que termino o artigo já chegou a Bissau uma força policial da Burkina Faso. Na solução a curto prazo a primeira evidência para qualquer análise é que o país teve um golpe de Estado. Quando se diz “retomar a ordem constitucional” quer dizer o quê em relação a quem fez o golpe: prendê-los? Invadir o país? Receio que tenho mais perguntas que respostas para os meus alunos. A médio e longo prazo nenhuma solução prevalecerá que não passe em simultâneo, por uma reestruturação séria das Forças Armadas e que tenha a confiança destas, mas ao mesmo tempo, que passe também por um processo de justiça e verdade sobre os vários assassinatos políticos que o país tem testemunhado ao longo de décadas. Não é fácil, mas é exequível. Para isso, fora e dentro, tem de se deixar de considerar os fenómenos políticos na Guiné como processos únicos. É preciso desmitificar que o que se passa na Guiné é porque é na Guiné. Qualquer sítio do mundo com as mesmas variáveis políticas teria resultados semelhantes. Como já dizia Cromwell, no século XVII em Inglaterra, não me importo se em cada dez cidadãos, nove, me odeiam, se aquele que me ama tem uma arma. ■

Notas

¹ Ao longo do artigo, Carlos Gomes Júnior será referido pelo seu nome popular na Guiné-Bissau de Cadogo.

² Na primeira volta Cadogo teve 49% e Koumba Yala 23%.

³ Ver por exemplo Mack, A., Nielsen, Z., & Human Security Report Project. (2008). *Human security brief 2007*. Burnaby, B.C.: Human Security Report Project.

⁴ Comunidade Económica dos Estados

da África do Oeste

⁵ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

⁶ Ver o relatório e avaliação da Freedom House sobre a Guiné-Bissau, em <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2011/guinea-bissau>, consultado em 12 de maio de 2012.

⁷ Em relação à etnicidade e ao sistema político argumentei, a propósito da Guiné Bissau, que, num país onde

existe fragmentação étnica, o sistema político tem de ser um sistema político de partilha. Por isso, o sistema semipresidencialista não é a causa da instabilidade no país e, pelo contrário, tem talvez evitado males maiores. Ver, para mais detalhe, Azevedo, E. (2009). O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou culpado da instabilidade política?, em Lobo, M. C., & Amorim, N. O. O

Semipresidencialismo nos países de língua portuguesa. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.

⁸ Os jovens resolveram perante a proibição de manifestações por parte do Comando Militar e pela facilidade com que as marchas tinham sido dispersadas pelos militares, adoptar a forma de concentrações pacíficas em bairros mais difíceis de acesso a viaturas.